

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.571.380 - SP (2019/0252960-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE** : DEC PARTICIPACOES 006 LTDA  
**AGRAVANTE** : FERNANDO ANTONIO ALBINO DE OLIVEIRA  
**ADVOGADOS** : ARYSTOBULO DE OLIVEIRA FREITAS - SP082329  
SILVIA LETICIA DE ALMEIDA - SP236637  
HENRIQUE KAZUO UEMURA - SP300338  
**AGRAVADO** : DENISE PINTO DE SOUZA FONTANA ROTONDI  
**AGRAVADO** : ALESSANDRA PINTO DE SOUZA FONTANA ROTONDI  
**AGRAVADO** : JULIANA PINTO DE SOUZA FONTANA ROTONDI  
**AGRAVADO** : NEIDE PINTO DE SOUZA  
**AGRAVADO** : ANTONIO JULIO FONTANA ROTONDI  
**ADVOGADOS** : FLÁVIO LUIZ YARSHELL - SP088098  
GUSTAVO PACÍFICO - SP184101

**EMENTA**

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZATÓRIA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO CONFIGURADAS. 2. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. 3. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. REQUISITOS. PREENCHIMENTO. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. 4. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. 5. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. 6. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

**DECISÃO**

Na origem, Antonio Julio Fontana Rotondi, Denise Pinto de Souza Fontana Rotondi, Juliana Pinto de Souza Fontana Rotondi e Alessandra Pinto de Souza Fontana Rotondi interpuseram agravo de instrumento decorrente de decisão que, nos autos de cumprimento provisório de sentença de ação de obrigação de fazer manejada contra Fernando Antonio Albino de Oliveira e Dec Participações 006 Ltda., indeferiu o pedido de penhora de créditos.

No julgamento do agravo de instrumento, a Terceira Câmara de Direito

Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu, por unanimidade, dar provimento ao recurso, em aresto assim ementado (e-STJ, fl. 838):

AGRAVO DE INSTRUMENTO – Obrigação de Fazer c/c Indenização – Fase de cumprimento de sentença – Decisão que indeferiu a penhora de créditos relativos à sociedade de advogados do réu/executado – Desconsideração inversa da personalidade jurídica em razão das peculiaridades do caso – Situações de resistência para cumprimento para o pagamento de aluguel/hospedagem mensal provisória dos autores - Decisão modificada - Recurso provido.

Opostos embargos de declaração por Fernando Antonio Albino de Oliveira e Dec Participações 006 Ltda., foram rejeitados (e-STJ, fls. 900-903).

Nas razões do recurso especial, os recorrentes, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, alegaram, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 133, 137, 489, § 1º, IV, e 1.022, II, do CPC/2015; 50, do CC/2002; e 16 e 22 da Lei n. 8.906/1994, ao argumento de omissão e falta de fundamentação no acórdão recorrido acerca dos seguintes pontos: a) teriam firmado "termo aditivo ao contrato de locação para manutenção da habitação dos Recorridos no mesmo flat em que atualmente residem, não havendo qualquer risco à sua permanência no local"; b) o primeiro recorrente "é responsável pelo pagamento dos alugueres e vem adimplindo com os termos de referido contrato"; e c) "o pagamento dos alugueres que integram o objeto do cumprimento provisório de sentença e do agravo de instrumento em questão também foram objeto de transação entre o Recorrente Fernando e o proprietário do flat, incorrendo em verdadeiro *bis in idem* a pretensão executória e seus respectivos atos de constrição" (e-STJ, fl. 850).

Além disso, aduziram que não ficou caracterizada, de forma inequívoca, a demonstração do desvio de finalidade ou da confusão patrimonial para que fosse admitida a desconsideração inversa da personalidade jurídica, bem como que o principal argumento utilizado pelo acórdão recorrido para sua instauração quanto ao risco à sua permanência no local deixou de existir após a celebração do termo aditivo.

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 907-926).

O Tribunal local não admitiu o processamento do recurso especial ante a falta de ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, bem como ausência de vulneração aos

demais dispositivos tidos por violados, pela incidência das Súmulas 284 do STF e 7 do STJ, e pela falta de demonstração do dissídio jurisprudencial.

Brevemente relatado, decido.

Consoante análise dos autos, a alegação de violação ao art. 1.022 do CPC/2015 não se sustenta, uma vez que o Tribunal de origem examinou, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial na medida necessária para o deslinde da controvérsia, ainda que em sentido contrário à pretensão dos recorrentes.

Registre-se, a propósito, que o órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todos os pontos suscitados pelas partes, mas apenas sobre os considerados suficientes para fundamentar sua decisão, o que foi feito na hipótese.

Outrossim, verifica-se que o acórdão recorrido foi devidamente fundamentado, não havendo se falar em violação ao art. 489, § 1º, do CPC/2015, até porque, conforme entendimento desta Corte, "se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, como ocorreu na espécie. Violação do art. 489, § 1º, do CPC/2015 não configurada" (AgInt no REsp 1.584.831/CE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 14/6/2016, DJe 21/6/2016).

Imperativo destacar que, no julgamento dos embargos de declaração, expressamente o TJSP enfrentou todas as questões suscitadas pelos recorrentes, notadamente esclarecendo ser **"incabível a manifestação expressa no tocante ao pagamento diretamente dos aluguéis, realização do termo aditivo ao contrato de locação, cobrança dos valores em *bis in idem*, tendo em vista que essas questões não foram analisadas pelo Juízo de origem e são próprias de impugnação"** (e-STJ, fl. 903 - sem grifo no original).

Desse modo, atentando-se aos argumentos trazidos pelos insurgentes e aos fundamentos (acima destacados) adotados pela Corte estadual, verifica-se que estes não foram objeto de impugnação específica nas razões do recurso especial. Assim, a manutenção

de argumento que, por si só, sustenta o acórdão recorrido torna inviável o conhecimento do apelo especial, atraindo a aplicação do enunciado n. 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Impende registrar que, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a falta de prequestionamento impede o conhecimento do recurso lastreado, também, na alínea *c* do permissivo constitucional.

No mais, o acórdão recorrido dirimiu a questão com base nos seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 840-842):

Como já ponderado quando do recebimento do presente recurso, em princípio, a desconsideração da personalidade jurídica, ainda que inversa, demandaria incidente próprio, observado o contraditório e a ampla defesa, muito especialmente no que diz respeito à comprovação de eventual desvio efetivo de bens da sociedade em favor das pessoas dos sócios.

No entanto, a hipótese dos autos reveste-se de peculiaridades próprias que merecem atenção.

Em Tutela Incidental Inominada em Apelação (autos da Petição nº 2143660-62.2016.8.26.000) julgada procedente com manutenção da liminar, dentre outros tópicos, restou expressamente decidido que:

“ (...) Por derradeiro, necessário garantir o efetivo cumprimento da tutela antecipada, restabelecida com o efeito suspensivo deferido à apelação, na forma requerida nos autos.

A medida, desde o início, encontra-se voltada à garantia da manutenção da moradia familiar, de cunho eminentemente social.

Infere-se dos autos situações de resistência ao cumprimento da medida, com incidentes de parte à parte, inclusive com notícias de despejo dos requerentes de outro imóvel.

Existem notícias de bloqueios frustrados de valores depositados em nome dos requeridos, noticiado depósito de locativo por parte de Sociedade de Advogados (Vide fls. 297 e 316/318).

Diante deste quadro, como forma de garantia do cumprimento da tutela antecipada, defiro a penhora *on line* de ativos financeiros dos requeridos para fazer frente ao pagamento do aluguel do atual contrato de locação (meses 25/06, 25/07 e 25/8) e/ou de outros que vierem a se vencer no curso da lide.

CASO FRUSTRADA A PROVIDÊNCIA, ANTE A URGÊNCIA E RELEVÂNCIA DA FINALIDADE DA MEDIDA (HABITAÇÃO), FICA DEFERIDA A PENHORA DE FATURAMENTO DE CONTAS DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS INTEGRADA PELO RÉU PESSOA FÍSICA, QUE DEVERÁ SER INTIMADA A DEPOSITAR EM JUÍZO O VALOR CORRESPONDENTE. PROVIDÊNCIAS ESTAS QUE FICAM AQUI DESDE JÁ

DETERMINADAS.

Ante o exposto, pelo meu voto rejeito a preliminar, julgo improcedente a impugnação à assistência judiciária e, mantendo a decisão de fls. 227/230, Julgo Procedente A Medida Inominada Incidental nos termos e para os fins acima, com Determinação.” (grifei).

Na apelação (proc. 0211004-61.2011.8.26.0100) restou mantida a condenação dos réus “(...) c- ao pagamento de aluguel/hospedagem mensal para moradia provisória dos autores até que a obrigação principal (convertida em perdas e danos) seja cumprida; (...)”,.

Desta forma, ao menos por ora e com relação ao item “moradia/hospedagem”, em razão de seu caráter eminentemente social e considerando situações de resistência ao cumprimento de medidas anteriores, inclusive a exigir deferimento cautelar da penhora de faturamento de contas da sociedade de advogados integrada pelo réu pessoa física (cf. cautelar deferida, com manutenção da obrigação no acórdão), cabível a penhora de faturamento de contas da sociedade de advogados integrada pelo réu Fernando Antônio Albino de Oliveira, (matriz e filiais), que poderá ser realizada *on line*, para fazer frente ao pagamento do aluguel/hospedagem mensal da moradia provisória dos autores. Se frustrada a providência, em razão da relevância a que se destina a medida (habitação), fica deferida a expedição de ofícios dirigidos aos clientes dos escritórios de advocacia determinando que realizem os pagamentos mediante depósitos dos valores nos autos, na forma requerida, mediante prévia análise do d. Magistrado dos destinatários que forem indicados, sem prejuízo da pronta expedição, ratificando-se os termos em que proferida a antecipação da tutela recursal.

Cumpre ressaltar que questões posteriores à referida penhora devem ser analisadas perante o Juízo *a quo* e eventualmente impugnadas pelo recurso adequado.

Ante o exposto, pelo meu voto, dou provimento ao recurso para os fins acima.

Desse modo, é inafastável o óbice da Súmula 7 do STJ. Isso porque, para infirmar as conclusões das instâncias ordinárias acerca da presença dos requisitos para a desconsideração da personalidade jurídica, seria imprescindível o reexame das provas carreadas aos autos, o que é inadmissível nesta instância extraordinária.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA COM COBRANÇA. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL RURAL. PRESCRIÇÃO. MATÉRIA APRECIADA. INEXISTÊNCIA DE RECURSO. PRECLUSÃO. PRECEDENTES. DESCONSIDERAÇÃO INVERSA DA PERSONALIDADE JURÍDICA. ÔNUS PROBATÓRIO. PROVA

DO PAGAMENTO. REEXAME DE QUESTÕES FÁTICAS E CONTRATUAIS. ENUNCIADOS 5, 7 E 83 DA SÚMULA DO STJ. DIVERGÊNCIA. INOVAÇÃO NO RECURSO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Reconhecida a prescrição, e não sendo esta impugnada, é inadmissível revitalizar o debate posteriormente em virtude da preclusão. Precedentes.
2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória e a interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas 5 e 7/STJ).
3. Em agravo interno é defesa a inovação das razões do especial, com apresentação de julgados divergentes não submetidos, no momento oportuno, aos requisitos do art. 541 do Código de Processo Civil revogado.
4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 524.695/SP, Rel. Ministra **MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 1º/3/2018, DJe 9/3/2018)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA INVERSA. CABIMENTO. REQUISITOS. REEXAME DE FATOS. SÚMULA Nº 7/STJ. PRESCRIÇÃO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. INOVAÇÃO RECURSAL. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA.

1. Reapreciar a conclusão do aresto impugnado quanto à presença dos requisitos legais para a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica inversa encontra óbice, no caso concreto, na Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.
2. Ausente o prequestionamento, até mesmo de modo implícito, da matéria referente aos dispositivos apontados como violados no recurso especial, incide o disposto na Súmula nº 211/STJ.
3. A questão relativa à prescrição da dívida executada não foi apreciada pelas instâncias ordinárias, haja vista que foi suscitada apenas nas razões dos segundos embargos declaratórios, caracterizando inovação recursal.
4. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1.471.237/PI, Rel. Ministro **RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/9/2017, DJe 21/9/2017)

Ademais, consoante iterativa jurisprudência desta Corte, a incidência da Súmula 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea *c* do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso.

Por fim, em relação aos arts. 16 e 22 da Lei n. 8.906/1994, verifica-se que seus conteúdos normativos não foram objeto de apreciação pelo Tribunal *a quo*, isso porque

# *Superior Tribunal de Justiça*

embora os recorrentes tenham oposto embargos de declaração na origem, esses dispositivos não foram indicados nas suas razões recursais. Portanto, ausente o prequestionamento, entendido como a necessidade de ter o tema objeto do recurso sido examinado na decisão atacada. O prequestionamento é exigência inafastável contida na própria previsão constitucional, impondo-se como um dos principais pressupostos ao conhecimento do recurso especial. Incide, ao caso, as Súmulas 282 e 356 do STF.

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília, 12 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator